

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2006

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 - 3º • 4100-320 PORTO • PORTUGAL • TEL+351 226 156 000 • FAX +351 226 156 099 • e-mail: acembex@rar.pt •
<http://acembex.rar.pt>

SEDE SOCIAL: PASSEIO ALEGRE, 624 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 750 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 18 804 • N.I.P.C. 500 007 560

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	33

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2006

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais, a Gerência vem submeter para apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2006.

1. INTRODUÇÃO

Durante este exercício, a Acembex, manteve uma posição de destaque como importadora e distribuidora de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para as indústrias alimentar e de rações, tendo movimentado, através dos principais portos nacionais e das ilhas adjacentes, cerca de 850 mil toneladas de produtos.

2. ENVOLVENTE

No ano de 2006, o mercado de matérias-primas para a alimentação animal sofreu uma quebra de 10% em consequência do impacto da gripe das aves na indústria de rações. No entanto, a expansão da nossa actividade para novas áreas geográficas de actuação, nomeadamente para o sul do país, ilhas e algumas zonas de Espanha (Castilla Leon e Estremadura), fez com que este facto não viesse a afectar a política de crescimento da empresa.

3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A Acembex, foi responsável por 44% das importações de cereais e seus derivados, na zona Norte do país, com uma quota de mercado de cerca de 15%, a nível nacional. A sua actividade, cresceu 17% face ao ano anterior.

A Acembex tem vindo a implementar de forma sistemática novos mecanismos de controlo de gestão, com vista a melhorar o nível de rendibilidade e simultaneamente a minimizar os riscos inerentes à sua actividade. A par destas alterações, continuou a ser efectuado um esforço de diversificação dentro das áreas tradicionais da empresa, nomeadamente na expansão para novas áreas geográficas.

Inserida num sector onde a segurança alimentar é um factor essencial, a Acembex, que desde 2001 era já certificada ISO 9001:2000, implementou em 2006 os princípios de HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points), tendo obtido a certificação GTP (Good Trading Pratices) pelo organismo competente em Bruxelas, a Coceral.

A componente prestação de serviços de logística, que continua a ter um peso significativo na actividade da Acembex, representou 25% da contribuição total da empresa.

4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

A evolução das contas patrimoniais, reflectiram ao longo do ano o comportamento normal para a actividade da empresa não se tendo verificado deterioração nos rácios mais significativos, nomeadamente, cobranças, pagamentos e rotação de stocks.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em termos futuros, a empresa continua a assumir que existem oportunidades de desenvolvimento, nas áreas de negócio tradicionais, nomeadamente no que se refere à expansão geográfica, continuando contudo a apostar na intensificação da componente prestação de serviços e na procura sistemática de novas oportunidades, não só em termos de produtos, como de novos serviços.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Ao resultado líquido do exercício, no valor de 129.284 euros propõe-se, a seguinte distribuição:

Reserva Legal – 6.464 euros
Dividendos – 100.000 euros
Resultados Transitados – 22.820 euros

7. NOTAS FINAIS

Dando cumprimento ao Artigo 21º do Dec. Lei Nº 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a empresa tem regularizada a sua situação com a Segurança Social.

Finalmente cabe registar uma palavra de apreço, e o nosso agradecimento, ao empenho e dedicação de todos os colaboradores, bem como a todas as entidades que, de alguma forma, prestaram o seu contributo para o resultado obtido.

Porto, 20 de Janeiro de 2007.

A Gerência:
Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Luís José Sena de Vasconcelos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2006	2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	4	149.876	167.264
Imobilizações incorpóreas	5	-	-
Investimentos em empresas associadas	6	10.000	10.000
Total de activos não correntes		159.876	177.264
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	8 e 24	2.081.117	5.863.627
Clientes	9	6.882.802	9.271.677
Estado e outros entes públicos	9	32.389	35.756
Outras dívidas de terceiros	9	155.379	408.213
Outros activos correntes	10	186.326	128.892
Caixa e equivalentes de caixa	11	255.872	95.310
Total de activos correntes		9.593.885	15.803.475
ACTIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA		-	79.313
Total do activo		9.753.761	16.060.052
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	12	750.000	750.000
Reservas legais	12	69.455	65.500
Reservas de reavaliação	12	20.880	20.880
Resultado transitados		140.006	134.864
Resultado líquido do exercício		129.284	79.097
Total do capital próprio		1.109.625	1.050.341
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Credores por locações financeiras	14	71.366	78.928
Passivos por impostos diferidos	7	7.529	5.771
Total de passivos não correntes		78.895	84.699
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	13	796.823	653.658
Credores por locações financeiras	14	38.065	37.675
Fornecedores	15	5.878.522	13.486.402
Outras dívidas a terceiros	16	1.436.642	36.080
Estado e outros entes públicos	16	325.070	578.200
Outros passivos correntes	17	90.119	132.997
Total de passivos correntes		8.565.241	14.925.012
Total do capital próprio e passivo		9.753.761	16.060.052

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2006	2005
Proveitos operacionais:			
Vendas	22	91.158.846	89.607.826
Prestações de serviços	22	5.679.443	5.307.270
Outros proveitos operacionais	23	687.207	813.084
Total de proveitos operacionais		<u>97.525.496</u>	<u>95.728.180</u>
Custos operacionais			
Custo das vendas	24	89.362.544	88.026.126
Fornecimentos e serviços externos	25	7.152.148	6.756.897
Custos com o pessoal	26	624.204	601.988
Amortizações e depreciações	4 e 5	49.806	35.747
Provisões e perdas por imparidade	18	(16.509)	14.238
Outros custos operacionais	27	110.725	15.717
Total de custos operacionais		<u>97.282.918</u>	<u>95.450.713</u>
Resultados operacionais		242.578	277.467
Proveitos e ganhos financeiros	28	18.850	79.776
Custos e perdas financeiras	28	79.620	50.653
Resultado antes de impostos		<u>181.808</u>	<u>306.590</u>
Imposto sobre o rendimento	30	50.221	92.725
Resultado do exercício de operações em continuação		<u>131.587</u>	<u>213.865</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação	29	3.176	185.887
Imposto sobre o rendimento em oper. em descontinuação	29	873	51.119
Resultado do exercício de oper. em descontinuação		<u>(2.303)</u>	<u>(134.768)</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>129.284</u></u>	<u><u>79.097</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Recebimentos de clientes		99.318.300	91.151.386
Pagamentos a fornecedores		99.381.220	90.436.059
Pagamentos ao pessoal		620.540	668.507
Fluxos gerados pelas operações		(683.460)	46.820
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(118.220)	-
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(844.194)	206.703
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(1.409.434)</u>	<u>253.523</u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		5.067	5.019
Juros e proveitos similares		18.611	71.880
Empréstimos concedidos		231.451	-
		<u>255.129</u>	<u>76.899</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Imobilizações corpóreas		-	7.600
Empréstimos concedidos		-	248.041
		<u>-</u>	<u>255.641</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>255.129</u>	<u>(178.742)</u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		1.529.063	34.386
		<u>1.529.063</u>	<u>34.386</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		39.590	21.984
Juros e custos similares		78.163	46.625
Dividendos		70.000	-
		<u>187.753</u>	<u>68.609</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>1.341.310</u>	<u>(34.223)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		187.005	40.558
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	<u>(436.348)</u>	<u>(476.906)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	<u>(249.343)</u>	<u>(436.348)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido	Total
		Capital	Legais	Reavaliação			
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	12	750.000	65.500	20.880	357.156	(222.292)	971.244
Aplicação do resultado líquido de 2004:							
Transf. para reserva legal e resultados transitados		-	-	-	(222.292)	222.292	-
Resultado líquido do exercício de 2005		-	-	-	-	79.097	79.097
Saldo em 31 de Dezembro de 2005		750.000	65.500	20.880	134.864	79.097	1.050.341
Aplicação do resultado líquido de 2005:							
Transf. para reserva legal e resultados transitados		-	3.955	-	5.142	(9.097)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Resultado líquido do exercício de 2006		-	-	-	-	129.284	129.284
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		750.000	69.455	20.880	140.006	129.284	1.109.625

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Acembex – Comércio e Serviços, Lda. (“Empresa” ou “Acembex”), é uma sociedade por quotas, com sede no Porto, constituída em 25 de Maio de 1970 e que tem como actividade principal a importação e distribuição de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para a indústria de rações e alimentar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2006 tal como adoptados pela União Europeia.

2.2. Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registadas de acordo com a nova base de custo (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações foram calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e foram imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que foi determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda de imobilizado corpóreo são determinados como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate de imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados como "Outros custos operacionais".

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

2.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

A Empresa está exposta ao nível de risco financeiro, fundamentalmente a flutuações de taxas de câmbio, utilizando instrumentos derivados na gestão de alguns riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para a cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a

menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", no balanço.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.9. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.11. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2003 e 2006 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. A Gerência entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.13. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.14. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na

demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.15. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.17. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não se registaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem correcções de erros fundamentais.

4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2006			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Activo bruto:				
Saldo inicial	65.423	155.460	55.742	276.625
Adições	-	32.418	-	32.418
Alienações	-	-	(4.867)	(4.867)
Saldo final	65.423	187.878	50.875	304.176
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	26.169	32.603	50.589	109.361
Amortização do exercício	6.542	39.540	3.724	49.806
Alienações	-	-	(4.867)	(4.867)
Saldo final	32.711	72.143	49.446	154.300
Valor líquido	32.712	115.735	1.429	149.876

	2005			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Activo bruto:				
Saldo inicial	65.423	142.135	57.381	264.939
Adições	-	96.899	1.705	98.604
Alienações	-	(83.574)	(3.344)	(86.918)
Saldo final	65.423	155.460	55.742	276.625
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	19.627	93.333	47.681	160.641
Amortização do exercício	6.542	22.844	6.252	35.638
Alienações	-	(83.574)	(3.344)	(86.918)
Saldo final	26.169	32.603	50.589	109.361
Valor líquido	39.254	122.857	5.153	167.264

O saldo de "Edifícios e outras construções" respeita a despesas com obras em edifício utilizado pela Empresa na sua actividade, arrendado a empresa do grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.06	31.12.05
Equipamento de transporte	115.735	122.857
	115.735	122.857

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	2005	
	Software	Total
Activo Bruto:		
Saldo inicial	327	327
Saldo final	327	327
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	218	218
Amortização do exercício	109	109
Saldo final	327	327
Valor líquido	-	-

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 não ocorreram quaisquer movimentos nas imobilizações incorpóreas.

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 esta rubrica incluía a seguinte participação:

Nome	Sede social	2006		2005	
		Percentagem do capital detido	Valor de aquisição	Percentagem do capital detido	Valor de aquisição
Acembex España, S.L.	Vigo – Espanha	100,00	10.000	100,00	10.000

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos passivos	
	31.12.06	31.12.05
Diferença na base tributável de imobilizado	(7.529)	(5.771)
	(7.529)	(5.771)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	2006	2005
Saldo inicial	(5.771)	(1.342)
Efeito em resultados (Nota 30):		
Diferença na base tributável de imobilizado	(1.968)	(4.429)
Efeito da alteração da taxa de imposto	210	-
Sub-total	(1.758)	(4.429)
Saldo final	(7.529)	(5.771)

8. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Mercadorias	2.081.117	5.863.627
	2.081.117	5.863.627

9. CLIENTES, ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DIVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Cientes, conta corrente	6.882.802	9.271.677
Cientes, cobrança duvidosa	72.126	69.135
	6.954.928	9.340.812
Perdas de imparidade acumuladas em contas de clientes (Nota 18)	(72.126)	(69.135)
	6.882.802	9.271.677

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Imposto sobre o rendimento	-	1.496
Imposto sobre o valor acrescentado	32.364	34.260
Retenções de imposto sobre o rendimento	25	-
	32.389	35.756

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Outros devedores	15.087	-
Adiantamentos a fornecedores	136.630	108.094
Empresas do grupo (Nota 21)	3.662	300.119
	155.379	408.213

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Gerência entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A Empresa não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra coberto pelo seguro de crédito.

10. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Rappel a receber	32.785	20.000
Indemnização de seguros	119.390	28.480
Outros acréscimos de proveitos	16.000	32.000
Seguros pagos antecipadamente	6.969	21.345
Rendas pagas antecipadamente	4.497	22.404
Outros custos diferidos	6.685	4.663
	<u>186.326</u>	<u>128.892</u>

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Numerário	1.000	1.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	254.872	94.310
Caixa e equivalentes de caixa	255.872	95.310
Descobertos bancários (Nota 13)	(505.215)	531.658
	<u>(249.343)</u>	<u>(436.348)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

12. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social está representado por duas quotas com o valor nominal de 712.500 Euros e 37.500 Euros, respectivamente.

A Empresa é detida em 95% pela RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A..

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos sócios podendo apenas, em

determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

13. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade financiadora	31.12.06			31.12.05		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
CGD	1.000.000	291.608	-	1.000.000	122.000	-
	1.000.000	291.608	-	1.000.000	122.000	-
Descobertos bancários (Nota 11)		505.215	-		531.658	-
		796.823	-		653.658	-

14. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2006	-	40.704	-	-
2007	41.798	32.960	38.065	37.674
2008	37.215	28.479	34.977	30.981
2009	29.387	20.870	28.427	27.414
2010	8.159	-	7.962	20.534
	116.559	123.013	109.431	116.603
Juros futuros	(7.128)	(6.410)	-	-
	109.431	116.603	109.431	116.603
Componente de curto prazo			(38.065)	(37.675)
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			71.366	78.928

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos de locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório) das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

15. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Fornecedores, conta corrente	5.561.207	13.082.621
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	317.315	403.781
	<u>5.878.522</u>	<u>13.486.402</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Imposto sobre o valor acrescentado	277.424	534.004
Contribuições para a segurança social	9.726	9.664
Retenções de imposto sobre o rendimento	37.920	34.532
	<u>325.070</u>	<u>578.200</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Empresas do grupo (Nota 21)	1.432.470	35.038
Outros credores	4.172	1.042
	<u>1.436.642</u>	<u>36.080</u>

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Custos a pagar:		
Comissões	14.474	5.037
Trabalhos especializados	4.005	4.630
Encargos financeiros a pagar	925	1.034
Remunerações a liquidar	69.933	69.659
Outros custos a pagar	782	52.637
	<u>90.119</u>	<u>132.997</u>

18. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.05	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.06
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 9)	69.135	2.991	-	72.126
	<u>69.135</u>	<u>2.991</u>	<u>-</u>	<u>72.126</u>

Rubricas	Saldo inicial 31.12.04	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.05
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 9)	130.427	-	(61.292)	69.135
	<u>130.427</u>	<u>-</u>	<u>(61.292)</u>	<u>69.135</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração de resultados inclui o montante de 19.500 Euros respeitante a recuperação de dívidas. As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do respectivo activo.

19. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Garantias prestadas:		
Union Invivo	610.000	609.796
Toepfer	750.000	750.000
C.P - Caminhos de Ferro	24.940	24.940
Cargill Espana	150.000	1.000.000
Alfandega de Leixões	-	50.032
Glencore	1.000.000	1.000.000
Conagra	-	1.100.000
	<u>2.534.940</u>	<u>4.534.768</u>

As responsabilidades por garantias prestadas respeitam a importações de mercadorias.

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

21. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2006 e 2005 podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Acembex Espanha, S.L.	-	-	46.275	-	7.040	6.964	4.156	-
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	201.334	212.613	-	-	-	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	-	-	12.550	18.953	-	-	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	1.457.613	1.518.474	6.857	58	-	-	-	-
RAR - Imobiliária, S.A.	-	-	53.964	52.848	-	-	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	793.937	325.894	322.244	321.215	-	-	-	-
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	8.093	7.970	-	-	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	490.470	420.930	510	622	-	-
RARTransportes, Lda.	-	-	79.237	83.860	-	-	-	-
	<u>2.251.550</u>	<u>1.844.368</u>	<u>1.221.024</u>	<u>1.118.447</u>	<u>7.550</u>	<u>7.586</u>	<u>4.156</u>	<u>-</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos obtidos		Outras dívidas a receber/(pagar)	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Acembex Espanha, S.L.	-	-	13.509	4.665	1.360.000	-	(4.156)	-
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	-	5.919	-	-	1.809	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	-	-	1.157	283	-	-	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	301.777	99.883	1.343	86	-	-	-	-
RAR - Imobiliária, S.A.	433	493	301	-	-	-	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	1.833	7.208	21.936	26.966	-	-	-	-
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	768	103	-	-	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	1.153	2.339	15.663	1.711	-	-	626	454
RARTransportes, Lda.	-	-	-	6.132	-	-	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	(68.314)	80.638
	<u>305.196</u>	<u>109.923</u>	<u>54.677</u>	<u>45.865</u>	<u>1.360.000</u>	<u>-</u>	<u>(60.035)</u>	<u>81.092</u>

A remuneração da Gerência pode ser decomposta como segue:

	2006	2005
Remuneração fixa	72.483	70.689
Remuneração variável	38.335	34.782
	<u>110.818</u>	<u>105.471</u>

22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2006 e 2005 foram como segue:

	31.12.06	31.12.05
Vendas		
Mercado interno	87.637.490	86.975.963
Mercado intracomunitário	3.524.617	2.792.239
	<u>91.162.107</u>	<u>89.768.202</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação (Nota 29)	(3.261)	(160.376)
	<u>91.158.846</u>	<u>89.607.826</u>
Prestações de serviços:		
Mercado interno	5.587.301	5.296.021
Mercado intracomunitário	85.975	6.300
Mercado externo	6.167	4.949
	<u>5.679.443</u>	<u>5.307.270</u>
	<u>96.838.289</u>	<u>94.915.096</u>

23. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Proveitos suplementares	636.140	744.931
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	200	5.019
Diferenças de câmbio favoráveis	2.963	6.526
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	56.453
Juros de mora	47.881	-
Outros	23	155
	<u>687.207</u>	<u>813.084</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, encontram-se registados na rubrica "Proveitos suplementares" os valores de proveitos inerentes à prestação de serviços de logística, relacionados com a actividade comercial da empresa.

24. CUSTO DAS VENDAS

Os custos das mercadorias vendidas, nos exercícios de 2006 e 2005, foram determinados como se segue:

	2006	2005
Existências iniciais	5.863.627	1.581.496
Compras	85.556.898	92.481.328
Regularização de existências	37.254	(100.585)
Existências finais	2.081.117	5.863.627
Perdas obtidas em operações em descontinuação	(14.118)	(72.486)
Custos do exercício	<u>89.362.544</u>	<u>88.026.126</u>

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2006 e 2005, pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Subcontratos	5.287.764	5.006.860
Electricidade	4.283	-
Combustíveis	11.145	16.443
Material de escritório	6.830	6.928
Rendas e alugueres	109.111	87.256
Comunicação	26.851	33.401
Seguros	139.744	104.908
Transportes de mercadorias	399.571	437.283
Deslocações e estadas	73.069	86.097
Comissões	15.748	1.312
Honorários	6.781	985
Conservação e reparação	6.649	7.539
Publicidade e propaganda	-	4.929
Limpeza, higiene e conforto	6.763	7.057
Trabalhos especializados	748.596	686.904
Despesas de distribuição	307.483	337.531
Outros fornecimentos e serviços	1.760	4.060
Fornec. e serviços em operações em descontinuação	-	(72.596)
	<u>7.152.148</u>	<u>6.756.897</u>

26. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Remunerações do pessoal	150.375	119.882
Encargos sobre remunerações	26.121	22.029
Seguros	946	1.543
Encargos com saúde	2.157	4.992
Outros custos com pessoal	18.922	14.765
	<u>198.521</u>	<u>163.211</u>

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o número médio do pessoal foi de 8 colaboradores.

27. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Impostos	14.442	9.534
Quotizações	10.116	9.684
Donativos	2.000	2.350
Ofertas e amostras de existências	10.469	50.995
Serviços bancários	34.973	35.375
Diferenças de câmbio	5.591	3.182
Descontos de pronto pagamento concedidos	1	129
Juros de mora e compensatórios	43.106	-
Outros	496	2.237
	<u>121.194</u>	<u>113.486</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação	(10.469)	(97.769)
	<u>110.725</u>	<u>15.717</u>

28. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	40.185	34.311
Relativos a contratos de locação financeira	3.488	1.615
Relativos a empréstimos Grupo	4.156	-
Outros juros de mora ou compensatórios	25.031	2.394
	<u>72.860</u>	<u>38.320</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	784	5.144
Outros custos e perdas financeiras	5.976	7.189
	<u>79.620</u>	<u>50.653</u>
Resultados financeiros	<u>(60.770)</u>	<u>29.123</u>
	<u>18.850</u>	<u>79.776</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	7.107	3.366
Relativos a empréstimos Grupo	11.503	8.557
Outros juros de mora ou compensatórios	-	59.873
Diferenças de câmbio favoráveis	240	7.896
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	84
	<u>18.850</u>	<u>79.776</u>

29. RESULTADOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO, CUSTOS DE REESTRUTURAÇÃO E ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Gerência da ACEMBEX- Comércio e Serviços, Lda. decidiu proceder à descontinuação da sua área de negócio "Pet Food".

Os resultados das operações em descontinuação que foram incluídos nas demonstrações financeiras podem ser descritas com segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Proveitos operacionais	3.261	160.376
Custos operacionais	(6.437)	(346.263)
Resultado antes de impostos	(3.176)	(185.887)
Imposto do exercício atribuível a operações em descontinuação	873	51.119
	<u>2.303</u>	<u>134.768</u>

30. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	31.12.06	31.12.05
Imposto corrente	48.463	88.296
Imposto diferido (Nota 7)	1.758	4.429
	<u>50.221</u>	<u>92.725</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação	(873)	(51.119)
	<u>49.348</u>	<u>41.606</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	31.12.06	31.12.05
Resultado antes de impostos (incluindo perdas em descontinuação)	178.633	120.703
Efeito da aplicação dos IFRS	(8.926)	(16.103)
Resultado base para cálculo de imposto	<u>169.707</u>	<u>104.600</u>
Proveitos não tributáveis:		
Reversão de provisões	19.205	-
Mais-valias contabilísticas	200	5.019
Benefícios fiscais	6.848	5.642
	<u>26.253</u>	<u>10.661</u>
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	6.135	5.513
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	1.049	17.156
IRC e outros impostos	1.496	-
Mais-valias fiscais	101	2.510
Outros	555	-
	<u>9.336</u>	<u>25.179</u>
Lucro tributável	152.790	119.118
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	27,50%	27,50%
Imposto calculado	42.017	32.757
Insuficiência de estimativa de imposto	1.496	-
Tributação autónoma	4.077	4.420
Efeito da constação / reversão de impostos diferidos	<u>1.758</u>	<u>4.429</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>49.348</u>	<u>41.606</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em custos no exercício de 2006, o montante de 46.093 Euros, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2006 não ocorreram factos que pela sua relevância mereçam ser apresentados.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 20 de Janeiro de 2007, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 10 de Janeiro de 2007.

A Gerência:

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Luís José Sena de Vasconcelos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Acembex – Comércio e Serviços, Lda. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 9.753.761 Euros e capitais próprios de 1.109.625 Euros, incluindo um resultado líquido de 129.284 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Acembex – Comércio e Serviços, Lda. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 20 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves